



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 150561 - PA (2021/0225075-7)

RELATOR : MINISTRO FELIX FISCHER
RECORRENTE : RAIMUNDO NUNES ARAÚJO NETO (PRESO)
ADVOGADO : SIDNEY PANTOJA ALMEIDA - PA024803
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

DECISÃO

Cuida-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por RAIMUNDO NUNES ARAÚJO NETO contra decisão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ (*Habeas Corpus Criminal* n. 0804415-94.2021.8.14.0000).

O recorrente teve a prisão preventiva decretada pela suposta prática tipo penal do artigo 1 21, §2º, inciso II e IV do Código de Penal.

Sustenta que não se encontrava em lugar ignorado ou incerto, como quer fazer supor o órgão acusador, considerando a documentação em anexo aos autos, que comprova que possui residência e trabalho.

Requer, liminarmente, seja concedida a liberdade provisória, com a revogação do mandado de prisão, para que possa defender-se em liberdade do delito a si imputado. Subsidiariamente, pleiteia que o decreto de prisão preventiva venha a ser substituído por uma das medidas cautelares do artigo 319 do CPP.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito do recurso, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 17 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente